

DOCUMENTO

Entrevista com Marcolino Moco Secretário Executivo da cplp

Na sua perspectiva a cplp teve influência na eleição de Portugal como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas?

A concertação de «lobbies» diplomáticos para a eleição de Portugal como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas foi o primeiro resultado directo da constituição em Julho da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (cplp). Cumprindo um acordo de concertação, cada um dos «sete» defendeu vigorosamente esta candidatura como uma «ponte» de interesse colectivo e que vem dar corpo à nossa responsabilidade de fortalecimento dos laços entre os países que falam a língua portuguesa.

Nações essas que, até há bem pouco tempo, se debateram numa série de contradições – desde a consolidação das questões pós-coloniais às guerras – e que encontram agora a oportunidade de agarrar o lado positivo de toda essa trajectória histórica.

Ao lado de organizações congéneres, a cplp proporciona-nos um valor plural, de constituirmos um conjunto, uma organização específica em que, na minha óptica, a questão relativa à defesa da língua portuguesa deverá ser prioritária.

O português pode ser uma língua falada por muita gente no Mundo mas assistimos, cada vez mais, a uma invasão da anglofonia, não só na área lusófona mas sobre as restantes famílias linguístico-culturais..

Pensamos que, sem prejuízo da globalização em curso nas diferentes esferas mundiais – uma constatação efectiva –, é tarefa urgente a necessidade de defesa dos interesses específicos da comunidade.

Quais são os objectivos da cplp?

Uma das áreas importantes da cplp é a concertação diplomática, viabilizadora de uma cooperação na defesa das nossas teses nos diversos foros internacionais.

Temos problemas concretos na nossa comunidade como o processo de paz em Angola e a luta do povo de Timor-Leste, além de outros que exigiam a formalização de um instrumento com o alcance da cplp.

A dilatar este alcance concorre o facto de os países membros se espalharem por três continentes distintos, permitindo a cada um deles actuar no âmbito dos «lobbies» regionais em que se inserem.

Foi por isso estabelecida, ao nível da cplp, a estratégia de fazer convergir para a comunidade a actividade das organizações regionais – como o Mercosul, a União Europeia, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, por exemplo e até a Commonwealth onde milita um dos nossos membros, Moçambique.

Gostaria de sublinhar este «fôlego» diplomático adicional, derivado da pertença de Moçambique à Commonwealth, como prova de que, ao invés dos sinais de preocupação manifestados por alguns analistas, nos devemos orgulhar e rejubilar até, por algo passível de constituir um aspecto positivo a nosso favor.

E mesmo na hora de eventual concorrência de interesses entre organizações – no caso, entre a cplp e a Commonwealth –, com espírito de flexibilidade, de diálogo e capacidade diplomática poderemos sempre defender as nossas teses e contornar pontos de potencial colisão.

O livre trânsito de pessoas e bens no espaço da cplp é outra das metas a perseguir, apesar da consciência da escala das dificuldades a vencer, incluindo – desta vez em sentido negativo – a dispersão geográfica dos países membros.

Um exemplo claro dessa necessidade de abertura foi-me dado recentemente à experiência, quando me preparava para visitar o Brasil – um dos Estados membros da cplp – no regresso do Chile, onde participara na Conferência Ibero-americana.

A exigência de visto, por parte das autoridades brasileiras, apesar de se tratar de um titular de um passaporte de outro país membro da cplp (Angola), forçou-me a perder meio dia no Chile em diligências consulares.

Este é um dos exemplos-tipo que nos levam a trabalhar no sentido de diluir essas barreiras. Não vai ser fácil. Temos de preparar legislação para ser aprovada a nível multilateral ou bilateral para facilitar esses aspectos.

A intenção é de remover essas dificuldades de ordem burocrática e legislativa entre nós. Trata-se, naturalmente, de um objectivo que exige uma investigação prévia aturada e iremos, por isso, criar comissões incumbidas do estudo das implicações que uma tal abertura terá sobre o relacionamento de cada um dos nossos países com as organizações regionais onde está inserido.

Um dos meus programas será visitar estas organizações para estudar as diversas possibilidades, especialmente no domínio da cooperação económica, financeira e técnico-científica.

Quais são as acções previstas para o futuro?

O primeiro Conselho de Ministros da cplp, realizado em Nova Iorque, aprovou já um plano global de acção da Comunidade, por mim apresentado, e onde se apontam vinte e cinco áreas a atender – doze das quais com projectos imediatos – encabeçadas pela defesa e promoção da língua portuguesa.

Além daquela, preconizam-se intervenções específicas nas esferas da cultura, animação e turismo, relações internacionais e comerciais, associações e planeamento empresarial, associativismo, economia social e combate à pobreza e candidaturas de projectos.

Apontados são igualmente projectos no domínio da formação profissional e emprego, gestão integrada de recursos humanos, pequenas e médias empresas, investigação, tecnologia e desporto.

Paralelamente será feito um esforço concertado no sentido do alívio das rotinas burocráticas, tirando partido dos estudos já feitos nesse domínio pelos Ministérios da Administração Pública dos «Sete».

Vamos fazer uma recolha das conclusões e defender a aplicação das recomendações no sentido de a burocracia deixar de ser um empecilho ao desenvolvimento de cada um dos países membros e da Comunidade no seu todo.

Não sofrerá a cplp de uma futura incapacidade de acção fruto da inexperiência?

O objectivo de consolidar os alicerces da cplp através da recolha de experiências de organizações congéneres ou similares, levou-nos já a visitar a sede da Commonwealth em Londres e a participar na Conferência Ibero-americana em Santiago do Chile.

Relativamente à primeira, releva-se a dignidade conferida ao Secretariado Executivo, com acessos fáceis e directos à chefia do Estado britânico, a qualidade e quantidade das instalações e dos meios materiais e humanos colocados ao serviço daquele, para serviço da Comunidade formada há trinta anos por cinquenta e três países.

Estas e outras experiências – incluindo as dos contactos que tenho mantido e vou prosseguir com personalidades e/ou associações das áreas empresarial, financeira, cultura, ensino, investigação e administração pública – serão consubstanciadas no regimento da cplp, que submeterei à aprovação do próximo Conselho de Ministros da Comunidade, a ter lugar em meados de 1997 no Brasil.

Da Cimeira Ibero-americana – onde procurámos dilatar a nossa própria experiência organizativa, até aqui confinada à Cimeira Constitutiva da cplp, pudemos ver como uma organização congénere trata de problemas concretos.

Um dos temas agendados – a «democracia e governabilidade» – impressionou particularmente pela forma como foi abordado. E isto sobretudo devido à experiência transmitida, neste tema, pelos países latino-americanos que atravessaram fases muito interessantes.

Primeiro, as respectivas independências, depois na consolidação das suas soberanias, as fases de ditaduras – muitas vezes de natureza militar –, as dificuldades económicas e, agora, de uma forma geral, todos eles a fazerem, com muito sucesso, o ajustamento e estabilização económicos e a consolidação das democracias.

A qualidade e riqueza deste exemplo induz-me a pensar propor que, os Chefes de Estado da nossa Comunidade – com assento na Conferência Ibero-americana – efectuem encontros paralelos, à margem daquela, e que os países africanos da cplp possam participar como observadores e, assim, aprender das experiências feitas.

Como é que encara nesta fase inicial de arranque a questão do financiamento?

O facto de só Portugal ter, até à data, cumprido os seus compromissos financeiros para com a cplp – apesar das promessas feitas pelo Presidente da República brasileiro, durante a Cimeira Constitutiva da Comunidade, é um dos espartilhos a contornar nesta fase de instalação.

Este foi um dos vectores dos contactos que mantive em Santiago do Chile, à margem da Conferência, com o Chefe de Estado e o Ministro dos Negócios Estrangeiros brasileiros e dos quais recebi indicações de empenho num maior protagonismo nesta fase inicial da cplp.

Este propósito será sequenciado após a visita do chefe da diplomacia brasileira a Portugal, no início de Dezembro, e durante uma deslocação minha ao Brasil, em Fevereiro ou Março de 1997, onde estão garantidas audiências ao mais alto nível, incluindo um encontro com o Presidente da República.